

Os jesuítas e a formação educacional do povo brasileiro

Wilson Alves de Paiva

Resumo:

Este artigo procura contribuir para a pesquisa e a discussão em torno da tarefa educativa no período colonial brasileiro. Por diversos fatores, a educação no Novo Mundo foi confiada aos clérigos da Companhia de Jesus, que, por duzentos e dez anos, reinaram absolutos no campo pedagógico-educacional. Apesar de outras ordens religiosas atuarem na educação, foram a estrutura, a organização e a sistematização do ensino jesuítico as que prevaleceram e, juntamente com seus costumes e visão de mundo, tornaram-se características marcantes da cultura e da sociedade até os dias de hoje.

Palavras-chave: colonização, educação jesuítica, jesuítas, educação brasileira.

Abstract:

The Jesuits and the educational background of Brazilian people

This article tries to contribute for the research and the discussion on the educational task implanted during the colonial period in Brazil. Due to many reasons the responsibility for the education in the New World was initially granted to the Jesuit Order which for 210 years reigned absolutely in the educational and pedagogic field. Even that other catholic orders have also worked on education along that time, the organization, the structure and the teaching system of the Jesuits prevailed. And, along with their customs and vision of world, became strong characteristics of the culture and society until present times.

Key-words: colonization, Jesuit education, Jesuits, Brazilian education.

Introdução

Falar da influência jesuítica na educação brasileira é constatar o óbvio, por dois fatores básicos: tempo de atuação e espaço político conquistado. O primeiro fator permitiu-lhes uma atuação sistemática de catequese, evangelização e ensino por mais de dois séculos ininterruptos. Sua organização de milícia e o poder recebido pelo rei de Portugal conferiram-lhes uma autoridade sem precedentes que lhes permitiu adentrar os sertões até se estabelecerem por praticamente todo o território e construir um sistema educacional cuja estrutura e funcionalidade serviram de parâmetros tanto para outras ordens religiosas, como ao sistema régio tentado após sua expulsão.

A organização educacional implantada pela Ordem sobreviveu após sua expulsão em 1759. Seu método de estudos foi utilizado por aqueles que assumiram o ensino laico e os professores, na maioria formados nos colégios jesuítas, não tinham outros referenciais pedagógicos. Dessa forma, o caráter educacional desses religiosos, sua organização e seus princípios pedagógicos permaneceram vivos ao longo da história educacional brasileira e ainda hoje influenciam a ação de muitos educadores. Tendo em vista que sua base teórico-metodológica estava assentada na filosofia escolástica, o ensino realizado na *terra brasílis* reforçou a visão de que o homem deveria ocupar o lugar que lhe fora destinado por Deus e pela natureza num universo rigidamente hierarquizado cuja ordem deveria ser estabelecida pela Igreja. Portanto, contribuiu sistematicamente para o domínio político e cultural lusitano na América e influenciou substancialmente a formação da educação e da cultura do povo brasileiro.

No primeiro compêndio de história da instrução no Brasil, editado em 1889, José Ricardo Pires de Almeida (1982, p.25) valoriza o trabalho da Ordem dizendo que “é incontestável que os jesuítas foram os primeiros educadores da juventude brasileira e foram também os pioneiros da civilização do país, onde lançaram os fundamentos de nosso edifício social, as bases segundo as quais formou-se nosso espírito público”.

O termo pioneiros da civilização deve ser interpretado não apenas porque implantaram a cultura européia no “selvagem”, como foram também os guardiões dos costumes entre a população de aventureiros e degredados que aqui aportaram. Foram ainda os formadores das elites dirigentes cuja educação teve como objetivo prepará-las para exercer a hegemonia cultural e política, inaugurando, dessa forma, o velho dualismo na educação brasileira: formação científica para os dirigentes e formação catequética para os dirigidos. Falando desse legado, Gadotti (2002, p.231) conclui que:

Os jesuítas nos legaram um ensino de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo, que estimulava a competição através de prêmios e castigos. Discriminatórios e preconceituosos, os jesuítas dedicaram-se à formação das elites coloniais e difundiram nas classes populares a religião da subserviência, da dependência e do paternalismo, características marcantes de nossa cultura ainda hoje.

Tendo como berço a igreja medieval e inspirada na formação militarizada das cruzadas como método de ação, a Ordem dos jesuítas concebia a educação como um processo de formação geral do ser humano pela transmissão das verdades eclesiásticas. O conceito medieval de educação pode ser resumido no pensamento do Papa Pio XI (citado por Libânneo, 2002, p.76) que diz que “o verdadeiro cristão, *fruto da educação cristã*, é o homem sobrenatural que pensa, julga, age com constância e perseverança, seguindo a reta razão iluminada pela luz sobrenatural dos exemplos e da doutrinação de Cristo.” (grifo meu).

Traçando um paralelo com os povos autóctones aqui encontrados, sua forma de educação era espontânea com fins práticos e imediatos. Para eles,

financiamento, gestão e currículo da educação se confundiam com seu próprio acontecer, cuja espontaneidade e controle só se perturbavam quando um povo se chocava ou se aproximava de outro na imensidão das florestas, dos cerrados, dos campos e das praias deste Brasil chamado pelos tupis de Pindorama. (Monlevade, 1990, p.17)

Nessa perspectiva, o nascimento da educação formal e escolarizada no Brasil inaugurou também o processo de negação da educação popular, espontânea, e de caráter natural e público encontrada na dinâmica social desses povos. Fato que se perpetuou pelos séculos subseqüentes e que permeia o pensamento pedagógico de muitos educadores, pensadores e políticos na atualidade. influencia diretamente os rumos da política educacional através de leis, artigos e projetos que guardam os ranços de uma mentalidade arcaica, como a própria Lei 9.394/96 cuja visão de educação não ultrapassa a do mero ensino. E, “se olharmos bem para o significado usual do termo “ensino”, percebe-se que, no fundo, ficamos com a “aula” como protótipo da educação escolar, o que certamente representa algo no mínimo medieval” (Demo, 2001, p.68).

A Ordem Jesuítica: um breve histórico

À época do descobrimento, Portugal era um reino que fugia da modernização e procurava a todo custo preservar os costumes e as tradições seculares (medievais). Dessa forma, objetivando reproduzir sua cultura, preocupou-se logo com a tarefa de instruir as populações encontradas no Novo Mundo, partindo da premissa de que se tratavam de desalmados cujo conhecimento deveria ser ignorado e costumes prontamente substituídos. Seu objetivo era reproduzir e manter a fé, a moral, a justiça e a estrutura social como concebiam os ibero-europeus. A responsabilidade real pela educação dos súditos *d' além mar* foi confiada à recém-criada Companhia de Jesus, a qual, por duzentos e dez anos, teve a primazia da instrução na colônia luso-americana. A Ordem, fundada por Ignácio de Loyola em Paris, subordinava-se diretamente ao Papa e objetivava uma ação salvadora cuja mística apostólica conferia-lhes uma visão educacional missionária. Iñigo de Oñaz y Loyola (nome de batismo de seu fundador) liderou o grupo de seis mancebos que se reuniu no dia 15 de agosto de 1534 numa capela subterrânea da famosa igreja de Montmartre e jurou solenemente união, pobreza, castidade e obediência. Por sua formação militar, Loyola imprimiu à Ordem um cunho guerreiro o qual reforçou a luta da Igreja contra o Protestantismo. O Papa Paulo III, em 1540, na bula de instituição (*Bula Regimini Militantis Ecclesiae*), chama a Ordem de regimento da Igreja militante.

Atendendo ao pedido do monarca lusitano, D. João III, foram enviados a Portugal alguns jesuítas que, logo em seguida, a partir de sua base instalada no Colégio de Jesus de Coimbra, estabeleceram missões na Etiópia, Índia, China, Japão e Brasil.

Munidos com a tarefa da ação educativa das novas terras, que incluía manter a fé dos colonos e catequizar os selvagens, foi enviado pelo padre Simão Rodrigues (Chefe da Ordem em Portugal) com Tomé de Sousa¹, em março de 1549 o seguinte grupo de religiosos: Pe. Leonardo Nunes, Pe. João de Azpilcueta Navarro, Pe. Antônio Pires, ir. Vicente Rodrigues e ir. Diogo Jácome e o Pe. Manoel da Nóbrega, chefe da equipe. Sua primeira atividade foi a edificação do Colégio dos Meninos de Jesus, na Bahia de Todos os Santos, vindo a ser, juntamente com a escola de São Vicente (1553), o marco inicial da educação formal e escolarizada no Brasil.

Em 1553, sob o governo de Duarte da Costa, chegou o segundo grupo composto por mais seis jesuítas, dos quais destacamos o jovem irmão José de Anchieta, que, mais tarde, ao ser ordenado padre (1566), viria a ser um dos principais da Ordem na mobilização catequética dos silvícolas, e

¹ Governador Geral de 1549/1553.

talvez, o primeiro professor de ensino secundário no Brasil. Nesse ímpeto, vários colégios foram fundados ao longo dos anos, dentre eles o de Piratininga em São Paulo (1554) e o do Morro do Castelo do Rio de Janeiro (1567). Após 1565, fundaram outros catorze colégios secundários e dezenas de escolas de primeiras letras nas principais capitânias. Suas escolas vieram a ser posteriormente dotadas de uma rica estrutura que contava com fazendas produtivas e zonas de mineração para seu sustento, uma vez que a ajuda da Coroa mingua e desaparecera por completo. O subsídio governamental chamado *redízima*, que consistia no repasse dos 10% dos impostos, não durou muito, mas a Companhia tornou-se rapidamente uma empresa com navios, milhares de cabeças de gado, ouro, produtos agrícolas e artesanato, cuja renda (que chegou a representar 25% do PIB colonial) financiava o funcionamento e a expansão de sua estrutura, que chegou a contar com mil membros em 1556, ano da morte de Loyola, e oito mil no ano de 1600. No mundo inteiro, a Ordem contou com cerca de 22.000 membros na época de sua supressão².

Outro exemplo de prosperidade da Ordem foi a criação das Missões no Rio Grande do Sul, onde alguns padres espanhóis fundaram uma série de aldeamentos com o objetivo de catequizar os índios guaranis, dando origem aos sete povos: São Francisco de Borja, 1682; São Nicolau, São Luiz Gonzaga e São Miguel Arcanjo, 1678; São Lourenço Mártir, 1690; São João Batista, 1698; e Santo Ângelo, 1706. A relevância das Missões está no fato de ter sido uma experiência única na história ocidental em que a prosperidade, a auto-suficiência e outras características socioculturais de sua organização davam-lhe um caráter autônomo e coletivo. “Era una sociedad casi independiente del poder colonial, de naturaleza teocrática, gobernada por estos frailes”. (Claveria, 1998, p.319).

Transcorrido o tempo necessário para a devida instalação, a expansão e o fortalecimento, a Ordem deixou de focar sua atenção apenas na catequização dos silvícolas e ampliou sua clientela para os filhos dos senhores de engenho, filhos de funcionários e fabricantes. Sua influência atingiu as casas-grandes, onde seus sacerdotes sentavam-se com os senhores à mesa e alguns habitavam o mesmo teto, quando não havia algum clérigo na família. Ao atrair os índios às suas casas, sair-lhes ao encontro nas aldeias e, ao mesmo tempo, conquistar a simpatia dos brancos, os jesuítas foram além da obra catequética e ampliaram seu poder político, sua influência cultural e lançaram as bases socioeducacionais da nova terra. Sua ação não apenas fez recuperar seu prestígio, uma vez obscurecido pelo

² Dados contidos em: MONLEVADE, J. Educação pública no Brasil: contos e descontos. E em: DAMASCENO, A. Origens da educação estatal na América Portuguesa. 1998. 240 f. (Tese de doutoramento em Educação)

fervoroso discurso contra a escravização do elemento indígena, como forjou a unidade espiritual, política e cultural do Brasil.

Fato um tanto paradoxal que merece destaque nessa análise é que nem em Portugal o povo era alfabetizado. Portanto, o ensino das letras nas terras *d'além mar* significava a plena implantação da cultura lusitana e a imposição da fé católica, e, dessa forma, a reprodução das estruturas que estavam se deteriorando no Velho Mundo com o advento das mudanças sociais, culturais e religiosas modernas.

Tendo como objetivo sagrado a propagação da fé cristã nos moldes católicos, a educação jesuítica impunha aos alunos a santa obediência e a aceitação incondicional de toda autoridade. Afinal, “o serviço de Deus e o serviço d’El-Rei eram os parâmetros de todas as ações sociais” (Paiva, 1998, p.45). Como a própria sociedade portuguesa estava organizada numa estrutura rígida, centrada na hierarquia e fundada na religião, a conjugação de ações entre a Companhia e a Coroa foi perfeita.

A aprendizagem se dava pela recepção, repetição e memorização do conteúdo repassado pelos mestres. Saindo das escolas de primeiras letras, onde aprendiam a ler, escrever e contar, os alunos eram admitidos nos colégios cuja formação os encaminhava para os estudos de humanidades e, depois, filosofia ou teologia. No curso de filosofia ou artes (também chamado de curso de ciências naturais), estudavam disciplinas do tipo: lógica, física, matemática, etc. No curso de teologia, aprofundavam o estudo do latim, do grego, da gramática local (portuguesa e língua indígena, no nosso caso) e os estudos de retórica, filosofia, teologia, bem como algumas disciplinas práticas. O currículo baseava-se no estudo das 7 artes liberais, as quais eram compostas do *trivium* (gramática, dialética e retórica) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, astronomia e música). Mesmo havendo outros planos de estudos elaborados por demais ordens religiosas, a *Ratio Studiorum* (Plano de Estudos) jesuítica era um documento que determinava os princípios, os fundamentos e o funcionamento de suas escolas em todo o mundo. O documento, publicado em 1599 com o nome de *Ratio Atque Instituto Studiorum Societas Jesu*, tratava-se de um currículo único para todas as missões jesuítas e era composto de *studia inferiora* e *studia superiora* e levava o ideal educacional e pedagógico de Loyola. Durante o primeiro, correspondente grosso modo à atual educação básica, estudavam a língua latina, as obras literárias greco-romanas como de Virgílio e Horácio, Platão, Plutarco e Aristóteles. Nos estudos superiores, estudavam filosofia e teologia. Se a universidade é fruto do século XX e os institutos superiores da vinda de D. João VI e sua comitiva, o ensino superior em si foi antecipado pela Companhia que, já em 1572, implantara cursos de teologia e filosofia em seu colégio na Bahia.

O método de ensino caracterizava-se por uma austera e autoritária transmissão de conteúdos, no treino da obediência e no exercício da vigilância, à cópia da estruturação militar. A aprendizagem se dava pela memorização constante. O dia começava logo com a revisão da aula anterior e seguia com a apresentação dos novos assuntos, de forma bastante verticalizada, variando apenas quando algumas competições eram promovidas:

No ensino secundário, principalmente, as classes eram estruturadas a partir da competição entre os estudantes pelo melhor desempenho. O desafio, antiga prática pedagógica oriunda da Idade Média, era a maneira pela qual os estudantes se hierarquizavam: os melhores eram os oficiais, os outros particulares. Os oficiais, em grupo ou individualmente, podiam desafiar outros oficiais; o mesmo para os particulares. Se um destes últimos desafiasse um oficial e o batesse, ganhava sua patente e mudava com ele de posição. (Cunha, 1980, p.26).

O método de ensino e a estruturação hierárquica do currículo e do próprio funcionamento dos colégios propiciavam um formalismo pedagógico que, em muitos casos, as práticas intramuros ignoravam a vida cotidiana extramuros. Era um mundo perfeito e suspenso que contrastava com o mundo real: violência e guerras eram os ingredientes da vida no Brasil. O que os jesuítas propunham era o agir de acordo com o plano divino, ou seja, a prática das virtudes e o afastamento do mundo material. E, para se chegar a tal ponto, era preciso evitar os maus costumes, dedicando-se à penitência e à fuga das paixões mundanas.

Ainda que outras ordens religiosas tenham fundado inúmeros colégios e escolas de primeiras letras, coube à Companhia de Jesus exercer por mais de dois séculos a primazia da educação colonial. Mas o penhor de sua prosperidade no Brasil e no mundo não evitou uma crise política com alguns monarcas e burgueses iluministas europeus. A pressão de muitos soberanos sobre o Papa contra a Companhia tinha raízes no poder econômico e político acumulado pelos sacerdotes que chegava a rivalizar com as autoridades locais. Os aldeamentos, por exemplo, davam aos clérigos o poder total sobre a população nativa e o sucesso de seus empreendimentos agrícolas, extrativistas e comerciais concediam-lhes plena autonomia financeira. Em termos políticos, os padres não queriam obedecer às autoridades locais tendo em vista o voto de obediência estrita ao Papa e aos chefes da Ordem.

Quanto ao aspecto cultural, foram exímios lingüistas e lograram a utilização do tupi-guarani como língua geral na faixa litorânea e central

(região que compreendia o Estado do Brasil) e na região Norte (Estado do Grão-Pará e Maranhão) implantaram a língua geral, o *nheẽngatu* (uma mistura de tupi com português e elementos de outras línguas indígenas) para comunicação entre eles e as centenas de tribos espalhadas pela floresta virgem. Tal artifício didático transformou-se em um meio bastante eficaz de controle dos índios. Ao fato que, por si só, já inspirara a desconfiança dos portugueses, somou-se a diferença de opiniões quanto à exploração da terra, o comércio e a utilização da mão-de-obra. Padres como Antônio Vieira faziam discursos inflamados contra a exploração escravocrata dos portugueses, excitando a ira dos líderes locais e dos bandeirantes, que não se conformavam com a pregação dos educadores em favor da liberdade dos índios. Sem dizer que o lucro das fazendas da Companhia concorria com o dos exportadores e os dotavam de recursos tais como observatórios astronômicos, laboratórios de física, química e biologia e equipamentos para todo seu trabalho.

Acuado pelas pressões políticas e lutando para subsistência da própria Igreja diante do crescente movimento iluminista que tomava conta da Europa, o Papa não interveio quando a Ordem foi expulsa de alguns países. No Brasil, a expulsão foi feita pelo Marquês de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), Primeiro Ministro do Rei D. José I, em 1759, quando todos os bens da Companhia foram confiscados em favor da Coroa e as escolas entregues a sacerdotes de outras ordens religiosas e posteriormente a professores leigos, com a implantação das aulas régias³.

Refletindo sobre a ação educativa da Ordem

Desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas lançaram-se a uma tarefa de formar o homem do Novo Mundo, pautado pelos princípios do *orbis christianus*. Tarefa espiritual que se transformou em econômica à medida que o financiamento da Coroa à instalação e à manutenção de escolas desaparecia. Seu formalismo pedagógico, à cópia do próprio formalismo da sociedade lusitana, permaneceu inalterado no mundo intramuros sem acompanhar certas mudanças operadas no seio colonial. O mercantilismo veio acentuar a ideologia da mercadoria e do enriquecimento. No plano político, os líderes locais, os senhores de engenho, os comerciantes e os exploradores de terras e escravos passaram a reclamar maior espaço no âmbito das decisões e as relações sociais estavam sendo remodeladas na direção de novos valores, hábitos e costumes. E, enquanto isso, “o colégio jesuítico continuava formando letrados.” (Paiva, 1998, p.56). Talvez seria

³ Aulas avulsas, ministradas por professores autorizados pelo Rei e financiadas pelos pais e pelo subsídio literário, imposto cobrado sobre as destilarias e açougues.

impossível evitar o confronto de tal organização com o iluminista Marquês de Pombal que, além do sentimento contrário à Companhia, tinha à frente muita riqueza a ser confiscada, no sentido de folgar o minguado tesouro da Coroa. Entretanto, a ação política pombalina desmantelou o sistema de ensino vigente que, por bem ou por mal, possuía uma estrutura organizada e, mesmo dando escolaridade apenas aos filhos dos “homens bons” (que possuíam bens), proporcionava os estudos elementares (primeiras letras), secundários (humanidades) e superiores (teologia, artes e filosofia) na América Portuguesa. Mesmo adiantando à Revolução Francesa, a escola pública estatal brasileira nasceu, dessa forma, deficiente de idéias, projetos, organização e recursos financeiros.

A descontinuidade da ação jesuítica proporcionou o que Giddens (1991, p.25) chama de “desencaixe” da estrutura social. Desencaixe, que para muitos, foi um “marco no processo de assunção por parte do Estado português, da responsabilidade em relação à educação, definindo uma nova relação deste com o problema da instrução dos índios e, posteriormente, de toda a colônia” (Damasceno, 1998, p.18). E, nessa perspectiva, o Reino português de fato antecedeu a França na criação da escola estatal, editando o Diretório de 1757, que iniciou o desmantelamento do paraíso jesuítico na Amazônia e em todo o Brasil. Sob a intervenção do governo de Mendonça Furtado (irmão de Pombal) no Estado do Grão-Pará e Maranhão, o documento suprimiu o poder temporal dos jesuítas, implantou a Língua do Príncipe (como era chamada a língua portuguesa) no ensino e propôs a criação das *escolas de ler e escrever*. No parágrafo sétimo, o Governador determina:

E como esta determinação he a base fundamental da Civilidade, que se pretende, haverá em todas as Povoações duas Escólas publicas, huma para os Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Christã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escólas das Nações civilizadas; e outra para as Meninas, na qual além de serem instruídas nas Doutrina Christã, se lhes ensinará a ler, escrever, fiar, fazer renda, custura, e todos os mais ministérios propios daquelle sexo. (Damasceno, 1998)

Mas quanto ao financiamento, diz que:

Para subsistência das sobreditas Escolas, e de hum Mestre, e huma Mestra, que devem ser Pessoas dotadas de bons costumes, prudência, e capacidade, de sorte, que possam desempenhar as importantes obrigaçoens de seus empregos se destinarão ordenados suficientes, pagos pelos Pays dos mesmos Índios, ou

pelas Pessoas, em cujo poder elles viverem, concorrendo cada hum delles com a porção que se lhes arbitrar, ou em dinheiro, ou em effectos. (Idem, ibidem)

Como se pode ver, os documentos de 1757 e de 1759 restringiram-se à ação política proporcionando a retirada dos jesuítas, mas não a substituição adequada de seu sistema e organização. Não se criou com esse desenhado um *sistema perito*⁴ capaz de substituir toda a estrutura e funcionalidade da Ordem mas acabou-se desmantelando o império educacional levantado por ela. Analisando o descaso governamental para com a organização e o funcionamento do ensino brasileiro no período posterior à expulsão dos jesuítas, Prado Jr. (1994, p.90-91) comenta que:

Não se pode considerar sistema de ensino as magras cadeiras de primeiras letras, latim e grego, que havia nalguns dos maiores centros da colônia. Criadas aliás só depois de 1776, e que funcionavam ao deus-dará, com professores mal pagos, alunos indisciplinados e aulas desorganizadas. O nível cultural da colônia era da mais baixa e crassa ignorância.

Dessa forma, fazendo um balanço do longo período de domínio no campo político-cultural, na penetração do território e na organização econômica, a Companhia de Jesus deixou uma marca indelével na mentalidade do povo brasileiro. Mesmo após sua expulsão, em 1759, o Brasil continuava jesuíta, não só em termos educacionais como na própria estrutura da sociedade. Os religiosos de outras ordens que assumiram a tarefa educacional não tinham muitos referenciais além da prática dos jesuítas. A maior parte dos leigos docentes foi formada em seus moldes e perpetuaram sua prática e filosofia ao longo dos séculos subseqüentes. Não houve correntes filosóficas, como o Positivismo, ou tendências pedagógicas surgidas no século XIX e XX, como o Escolanovismo e o Construtivismo que mudasse sistematicamente esse quadro.

O legado dos jesuítas, entretanto, vai muito além de serem os inocentes primeiros educadores, civilizadores e formadores do espírito público. Numa época em que a maioria da população desconhecia a leitura, a escrita e as normas cultas da língua de Camões, os padres detinham o conhecimento e lograram o êxito da conquista também do poder. Na formação das elites coloniais, acabaram reproduzindo uma sociedade perversa, em que os que detêm o saber dominam e o negam aos que não o

⁴ GIDDENS chama de sistema perito um sistema de excelência técnica ou competência profissional que seja capaz de organizar e reestruturar os ambientes materiais e sociais em suas relações.

possuem. Infundiram nas classes populares a religião da subserviência e da santa obediência, eliminando-lhes a individualidade e, por conseguinte, o direito de participação e decisão, não só nos assuntos eclesiásticos, como nos políticos e sociais da colônia. A disciplina foi o instrumento de controle, vigilância e punição por excelência, na conquista do poder, na manutenção de seus ideais. Enquanto nos espaços abertos do mercado e outros locais públicos as liberdades abriam caminho, os espaços fechados, como a escola, criavam normas, regras e controles disciplinares bem ao estilo das instituições carcerárias.

Tal fato imprimiu na sociedade brasileira um comportamento heterônimo, passivo e letárgico que facilitou a ascensão de coronéis e regimes autoritários, sufocando diversas tentativas populares de maior participação e ascensão ao poder ao longo da história. O vínculo Igreja-poder nunca foi desatado totalmente, numa dimensão do imaginário popular que toda articulação social deve necessariamente ter a bênção do pároco local. Mesmo pessoas de formação intelectual mais elevada e que avocam um pensamento crítico acabam, em muitos casos, repetindo práticas que considero grotescas para a época em que vivemos, como, por exemplo, a distribuição de imagens religiosas pelas paredes escolares e a imposição de rezas e orações, no pretexto de promover a formação cristã, em total desrespeito ao direito individual. Lamentavelmente é rara uma solenidade política, comunitária e escolar sem a presença da liturgia religiosa de algum credo.

Na dimensão política, o vínculo perpetuou-se pelo Império e República de tal forma que os interesses educacionais religiosos (leia-se católicos) sempre foram amplamente defendidos ao longo das cartas constitucionais, Leis Orgânicas e LDBs. Ressalve-se aqui o período da crise religiosa instaurada pelo ódio de Pombal aos jesuítas no final do século XVIII e pelas idéias anticatólicas do iluminismo, do enciclopedismo e do liberalismo. As idéias liberais, principalmente, influenciaram os republicanos e os profissionais da educação que, no Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, de 1932, defendiam a escola pública, gratuita, obrigatória e laica. Mesmo assim, a Igreja foi aos poucos retomando a posição que antes lhe coubera, através do apoio irrestrito do ministro da educação de Vargas, Gustavo Capanema e sobretudo pela carta constitucional de 1937 e pela Reforma Capanema (conjunto de leis orgânicas educacionais promulgadas entre 1942 e 1946).

Por décadas e séculos, não só os processos educacionais como todo o edifício social pautaram-se por uma estruturação social rígida, excludente e meritocrática, permanecendo em muitos de seus aspectos até os dias de hoje. Conquistas no campo educacional que objetivam a universalização do

ensino, a gestão democrática, a participação popular e a inclusão socioeconômica e étnica são ainda lutas da atualidade.

Considerações finais

Quando falamos de educação, temos em mente o amplo processo de socialização e culturação dos seres humanos que as comunidades processam de forma bastante diferenciada. Mesmo com o objetivo de transmitir os conhecimentos adquiridos por seus ancestrais e propiciar integração social, o caráter comunitário e a natureza espontânea do ato educativo ampliam esse processo numa dinâmica de troca de experiências e construção social do conhecimento.

Analisando a origem etimológica, os dois termos latinos *educare* e *educere* dão uma idéia de alimentação e cuidado, com sentido de tirar para fora, abstrair de um estado e encaminhar a outro. Tendo, portanto, essa ampla visão do processo educativo, é imprescindível salientar que as populações nativas encontradas por Colombo e, logo em seguida, por Cabral tinham um modo próprio de repassar os saberes da tribo e os comportamentos desejáveis num âmbito de objetivos não muito diferentes dos mais modernos sistemas educacionais.

À guisa de conclusão dessas reflexões, podemos afirmar que, em termos pedagógicos, a escola brasileira nega essa visão de educação e reproduz sistematicamente as práticas jesuítas. Em muitos casos, o ensino continua verbalista, livresco, memorístico e retórico, sem conexão com o mundo real, extramuros. A santa obediência continua preferível a uma educação dinâmica, envolvente, construtiva e contextualizada. A repetição é mais praticada que a descoberta e construção do conhecimento. A palmatória, por exemplo, redimensiona-se em diversas formas e continua reprimindo o poder criador, a iniciativa e a inteligência do educando. Aliás, ao entrar em inúmeras salas de aula de escolas (e muitas vezes de faculdades!) do território brasileiro, os educandos são recebidos como desalmados em quem devemos introduzir o espírito científico, desconsiderando toda sua cultura original, comunitária e pessoal. Muitas velhas práticas redimensionam-se em novas e continuam exercendo controle ideológico, exclusão, punição e negação de tudo que o termo educação possa evocar. Em termos mais abrangentes, a burocracia e o formalismo do sistema educacional tornam o ensino brasileiro excludente, meritocrático e elitista. As raízes do que foi plantado durante a ocupação européia continuam vivas, sustentando o edifício social, mais particularmente a prática cotidiana dos profissionais de educação das escolas deste país.

Portanto, superar a educação bancária, resultante de todo esse processo, reinventar a educação (expressões caras a Paulo Freire) é o

desafio colocado à sociedade brasileira. Desafio que começa com a reinvenção do próprio conceito cuja dimensão venha a ser não a simples transmissão, mas a socialização do saber comum numa perspectiva de pesquisa, descoberta, deslumbramento e construção humana. Dessa forma, a educação poderá ser o que Brandão (1987, p.23) chama de *processo de endoculturação*, cujo *modus operandi* se aproxime das práticas educacionais dos povos indígenas aqui encontrados: natural, informal, espontâneo, contextualizado, prático e social.

É plausível que alguns passos nesse sentido já foram dados, apesar de morosos e tímidos. Mas

se o processo revolucionário a que vamos assistindo (...) tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar. (Holanda, 1995, p.180)

Referências

- ALMEIDA, J.R.P. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889)*. História e Legislação. Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC, Brasília: INEP/MEC, 1989.
- BRANDÃO, C.R. *O que é educação*. Coleção Primeiros Passos. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CUNHA, L.A. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- CLAVERIA, A.V. Algunos hitos de la Filosofía Colonial chilena y brasileña: Un análisis comparativo de su trayectoria entre los siglos XVI al XIX. *Cuadernos de Filosofía*. Chile: Facultad de Humanidades y Artes, Universidade de Concepción, v.16, p.313-330, 1998.

- DAMASCENO, A. *Origens da educação estatal na América Portuguesa*. 1998. 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- DEMO, P. *A nova LDB: Raços e avanços*. 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- ENGUITA, M.F. *A face oculta da escola*. Educação e trabalho no capitalismo. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FEITOSA, A. raízes da educação no Brasil. *Revista Educação em Debate*. Fortaleza, n.10, jul/dez. 1985.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. História da violência nas prisões. Trad. Raquel Ramalhet. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GADOTTI, M. *História das idéias pedagógicas*. Série Educação. São Paulo: Ática, 2002.
- GHIRALDELLI JR. P. *História da educação*. 2. ed. rev. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor). São Paulo: Cortez, 2000.
- GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- HANSEN, J.A. Ratio studiorum e política católica Ibérica no século XVII. In: VIDAL, D.G.& HILSDORF, M.L.S. *Brasil 500 anos, tópicos em história da educação*. São Paulo: Edusp, 2001.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOORNAERT, E. et alli. *História da igreja no Brasil*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. (História geral da igreja na América Latina, tomo II/1).
- LIBÂNEO, J.C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARTIN, M. *Os jesuítas*. A companhia de Jesus e a traição à Igreja Católica. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.
- MONLEVADE, J. *Educação pública no Brasil: contos e descontos*. São Paulo: Cortez, 1990.
- MONROE, P. *História da educação*. Trad. Idel Becker. Atualidades Pedagógicas, v.34. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- NEMÉSIO, V. *O campo de São Paulo*. A Companhia de Jesus e o plano português do Brasil. 3. ed. Lisboa, 1971.

- PRADO JR. C. *História econômica do Brasil*. 42. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- PAIVA, J.M. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: *500 anos de educação no Brasil*. São Paulo: Autêntica, 2000.
- PALACIN, L. *Sociedade colonial (1549-1599)*. Goiânia: Ed. da Universidade Federal de Goiás, 1981.

Wilson Alves de Paiva é Professor da Faculdade de Educação da UFG/GO, Graduado em Pedagogia e Mestrando em Filosofia Política pela UFG, na linha de pesquisa: Ética e Política. Principais publicações: Descentralização Político-Administrativa da Educação no Brasil: Entre velhos e novos paradigmas. *Revista Inter Ação*, Goiânia/Go, v. 01, n. 28, 2003; *Avaliação em tempos de multimídia*. Site Educacional da OEA - Organização dos Estados Americanos, rede virtual, 2002; *Descentralização Político-Administrativa da Educação No Brasil*. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte/MG, v. 8, n. 48, p. 53-63, 2002.

E-mail: wp@riotapajos.com.br

Artigo recebido em março/2003.